



IGREJA
DE SÃO NICOLAU
DE CANAVESES

IGREJA
DE SANTA MARIA
DE SOBRETÂMEGA

MARCO DE CANAVESES

IGREJA
DE SÃO NICOLAU
DE CANAVESES

IGREJA
DE SANTA MARIA
DE SOBRETÂMEGA

MARCO DE CANAVESES



Igreja de São Nicolau. Planta.



Igreja de Sobretâmega. Planta.

SUMÁRIO HISTÓRICO

Como refere o artigo “Sobre-Tâmega” publicado na *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*, ao dirigir-se à vila de Canaveses, “a história de ambas as porções desta povoação, como bem se compreende, pois que a sua origem não é diversa neste ou naquele trecho, só porque os separe o rio, é uma e inseparável nas suas partes” (Correia et al., 1963: 425-431). Efetivamente, não obstante a barreira fluvial do Tâmega, o traçado unilinear do burgo de Canaveses não pode ser truncado por este elemento natural que o homem manejou em seu proveito, como fronteira ou passagem. As circunstâncias para o nascimento e desenvolvimento desta povoação, construída entre duas paróquias, foram, assim, um rio cujo curso, no sentido nordeste-sudoeste, se atravessou ante um importante canal de circulação humana no sentido oeste-este. Da interseção de ambos surgiu uma povoação – facto que, de resto, constituiu o estímulo necessário à eclosão de inúmeros núcleos humanos e, à macroescala, da maior parte das civilizações.

A posição das Igrejas matriciais de ambos os povoados: Canaveses e o seu prolongamento na margem direita de Sobretâmega, corroboram a importância desta via, abrindo para ela as fachadas dos seus templos. Todavia, já antes da consolidação do cristianismo, este local constituía um dos canais de penetração que ligava a costa ocidental da península ao seu interior, percurso humano estimulado pela grande obra da romanização.

Embora a maioria dos autores indiquem as Caldas de Canaveses como motivo maior para a existência de uma via, o certo é que o estatuto de “Tongobriga” parece justificá-la. A dimensão desta *civitas*, cujo apogeu foi atingido no ocaso do século I d.C., parece suficiente para justificar um ramal ou uma via principal, muito embora não se conheça com rigor o traçado desta estrada (Almeida: 1968). A velha ponte de Canaveses era, porém, com certeza, um ponto intermédio que perdurou como lugar de atravessamento principal sobre o rio Tâmega.

A historiografia local, sempre disposta a enaltecer as qualidades da terra, não deixou de enfatizar a ligação de D. Mafalda à travessia e a Sobretâmega, hesitando contudo entre a primeira rainha de Portugal, da Casa de Saboia (1125-1157), e a sua neta, beata de Arouca (c. 1200-1256). Segundo tradições avidamente veiculadas pelas monografias, a primeira delas teria mandado construir a ponte de Canaveses, dotando São Nicolau de um hospital e albergaria para apoio a pobres e viandantes. O verbete “Sobre-Tâmega” na *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira* desenvolve esta questão, salientando que muito antes da infanta D. Mafalda, já a família dos Gascos prevalecia no domínio da região. Ao senhorio de Egas Moniz na honra de Canaveses teria sucedido a sua filha Urraca Viegas, aia ou ama da beata Mafalda. Se associarmos a este facto o de que a região lhe era mais próxima e familiar do que à sua avó, rainha estrangeira, parece resolvida a questão da homonímia. Acrescenta ainda o autor do verbete: “o abade da igreja de S. Pedro de Canaveses, Gonçalo Mendes, jurado, interrogado acerca de quem é essa igreja, respondeu que fora da senhora rainha D. Mafalda: “fui domine regine Maphalde”, que até pelo dito atrás, não se pode duvidar ser a filha de Samcho I, falecida dois anos antes (...)” (Correia et al., 1963: 425-431). Imputando-se-lhe a fundação da Igreja próxima de Abragão

(Penafiel), ou a transferência da velha ermida de São Pedro para a nova Igreja de Santa Maria “sobre-o-Tãmega”, a beata, mais do que uma mentora de pontes, assumia aos olhos dos primeiros historiadores o papel de uma verdadeira regente, substituindo-se ao monarca ou aos grandes próceres terra-tenentes no ordenamento territorial onde tinha, afinal, como o seu testamento evidencia, poucos interesses dominiais.

Sobre a transferência do orago São Pedro¹ para Santa Maria, deve tratar-se na realidade do caso da primeira invocação em favor da devoção mariana, que a lenda arquetípica sobre o seu achado milagroso no curso do rio cumulou de prestígio. Como em tantos outros casos, o declínio de uma ermida resultou no favorecimento de outra, futura igreja, ou porque o orago não inspirava devoção, ou ainda porque as elites concederam atenção suplementar a outras invocações e, conseqüentemente, à casa que as albergava. Foi certamente à igreja de São Pedro que foi tributado, ainda, o imposto de 20 libras destinado à contribuição para as Cruzadas. É referida como “Canaveses”, mas sob a jurisdição da terra de Penafiel, o que confirma, sem dúvida, ser a antecessora de Sobretãmega. A mesma fonte não refere São Nicolau, no conjunto das igrejas da terra de Benviver, o que atesta a formação tardia (posterior a 1320) de ambas as filiais (Almeida e Peres, 1971: 95-96). E deixa cair por terra a intervenção de qualquer uma das régias Mafaldas.

Embora o rio não separasse o aglomerado urbano, de traçado unilinear, este respondia a realidades administrativas distintas. Durante a Idade Média, Sobretãmega, na margem direita, encontrava-se sob a influência (civil) da terra e julgado de Portocarreiro, e São Nicolau de Canaveses sujeita espiritual e eclesiasticamente à matriz de Fornos, constituindo um núcleo municipalista. Nem sempre os autores conseguiram destringir por entre esta grelha de jurisdições, simplificando o que efetivamente se torna complexo quando analisado à luz da grelha administrativa atual². Até ao século XIX foram profundas as alterações, cabendo-nos salientar a temporalidade da beetria.

Esta categoria de circunscrição traduz-se como o privilégio de certos moradores em escolher o seu senhor. Trata-se, no fundo, de uma honra eletiva. Como refere A. de Almeida Fernandes, falando de outra beetria portuguesa – Britiande (Lamego) – a palavra “é de origem espanhola: do lat. *Benefactoria*, que em português seria «benfeitoria»: uma protecção” (Fernandes, 1997: 272). Em Britiande, como em Canaveses, a população colocou-se, no século XIV, sobre a proteção de D. Pedro, filho bastardo de D. Dinis (r. 1279-1325). Esta situação manteve-se, embora adulterada no seu processo eletivo por intervenções diretas do monarca, até ao século XVI, quando finalmente o poder régio determinou a sua extinção, apesar da persistência dos populares que, em 1550, haviam entregue a gerência da beetria ao duque de Bragança.

O burgo, não obstante a sua minguada população, adquiriu uma importância que ainda no século XIV era suficiente para albergar a presença de uma comitiva régia, fosse por memória dos monarcas anteriores que a honraram com os seus legados, fosse por ser local de passagem entre Douro e Minho. O certo é que aqui, no burgo de Canaveses, se assentou a paz entre pai e filho, D. Afonso IV (r. 1325-1357) e D. Pedro I (r. 1357-1367), aos 5 dias do mês de agosto de 1355 (Pina e Lopes, 1653: 71-72).

1 A invocação ainda se conservava em 1623 associada a uma ermida local (Cunha, 1623: 422).

2 Remetemos para a leitura cartográfica da evolução e transformação do território devidamente contextualizada pelos mapas publicados em Rosas e Sotomayor-Pizarro (2009: 86-89).

De um e de outro lado do rio comungava-se dos mesmos interesses, não obstante o rio de permeio. Até ao século XV dividia-se entre duas correições e depois de 1406 integrou apenas a de Entre-Douro-e-Minho. Estavam excluídos do imposto da portagem os moradores do termo que, ainda no século XVIII, era composto pelas duas freguesias, governado por um juiz ordinário e dos órfãos e respetivos órgãos camarários, uns confirmados pelos administradores da albergaria e hospital, outros pelo rei (Costa, 1706-1712: 135). São Nicolau possuía sacrário, mas era curato filial de Fornos³, e Sobretâmega, abadia⁴.



Igrejas de Sobretâmega e de São Nicolau. Vista geral das Igrejas e da paisagem envolvente.

³ Devemos assinalar a indicação de Francisco Craesbeeck (1992: 175) sobre este aspeto, quando se refere à igreja-mãe de Fornos, de fundação mais antiga, certamente: "não tem sacrário, nem a pequenhes e citio dezerto, en que esta, o permite; tem porem a sua anexa a igreja de São Nicolao da villa de Canavezes", sinal da importância que a filial, em lugar movimentado, de passagem, adquirira por oposição à implantação de Fornos.

⁴ Uma das quatro comarcas eclesiásticas em que se dividia o bispado do Porto (destinadas a facilitar a administração e as visitas) designava-se Sobretâmega (Costa, 1706-1712: 354).

A ponte de Canaveses

“Cinco legoas ao Vendaval [depois de Amarante] com violencia corre o rio Tamega a honrarse na ponte, que a rainha D. Mafalda lhe tinha mandado fabricar na Villa de Canavezes, tão magestosa, que he das de mayor fama em Portugal, assim pela sua altura, & comprimento, como na architectura da obra, toda coroada de ameyas, por onde franqueou a passagem a muita parte de cima do Douro, & Reyno de Castella (...)” (Costa, 1706-1712: 107), assim descreve o padre António Carvalho da Costa, nos primeiros anos do século XVIII, a vetusta travessia sobre o Tâmega em Canaveses. De uma penada, o eclesiástico assinala a monumentalidade e logo a importância da estrutura, bem como o seu papel no contexto viário do norte de Portugal. Efetivamente, a sua relevância devia-se ao facto de assegurar a transição entre o litoral e o Douro interior, complementando a penetração no sentido este-oeste ao longo da estrada fluvial. Embora se lhe atribua uma fundação piedosa, não podemos ignorar a sua importância no contexto político dos primeiros séculos da nacionalidade.

Não sendo uma construção de raiz, antes uma reconstrução dos séculos XII-XIII, a ponte de Canaveses seria sucessora da travessia romana, de que herdou parte dos alicerces e o modelo, aproveitado pelos mestres de cantaria que nela trabalharam. Esta hipótese foi, aliás, levantada por António Monteiro, em 1948, num artigo que analisa, a partir da demolição da ponte medieval, o que de clássico teria resistido nos seus alicerces. O autor asseverou, com provas fotográficas, que aquando da demolição ainda coexistia parte da estrutura romana com o trabalho medieval. De resto, frequentemente se esquece que o diminuto orçamento, a falta de mão de obra e a inexistência de técnicas ou instrumentos adequados ao transporte de pedra limitaram bastante este tipo de edificações. Reaproveitar estruturas anteriores e lançar mão de afloramentos rochosos foram estratégias amiúde utilizadas pelos construtores medievais. Uma reconstituição gráfica elaborada recentemente confere à travessia romana um aspeto monumental: cerca de 10 arcos auxiliariam a travessia num ponto particularmente largo da bacia do Tâmega (Dias, 2009: 37-80). Porém, os registos fotográficos disponíveis demonstram que a ponte medieval possuía apenas cinco vãos⁵.



Ponte de Canaveses (inexistente) (Marco de Canaveses).
Vista de jusante. Fonte: arquivo IHRU.



Ponte de Canaveses (inexistente) (Marco de Canaveses).
Arcos centrais. Fonte: arquivo IHRU.

⁵ Sobre as dimensões da ponte ver Monteiro (1948b: 26-39). O autor cita as medidas colhidas por Francisco Craesbeeck e pelos memorialistas de 1758.

António Monteiro, fundado em comparações e conjeturas, assevera que esta ponte faria parte da “via Tamacana” (palavra que alguns consideraram ver como origem para o topónimo Canaveses), situando a sua construção durante os reinados de Trajano e Adriano (98-138 d.C.) – período coincidente com o apogeu construtivo em Tongobriga⁶. É natural que ao declínio desta *civitas* sucedesse o da ponte, sujeita a períodos de guerra, em que as travessias sofrem sempre graves mutilações.

É, assim, provável que o local, no eixo de transição entre vales (o Tâmega e a ribeira do Juncal), fosse tomado pela engenharia romana como sítio privilegiado de atravessamento, evitando os fortes declives e aproveitando as curvas de nível dos corredores naturais. Muitos autores traçam itinerários romanos por territórios absolutamente inaptos para a construção de estradas, isto é, calçadas que permitissem a circulação regular de veículos. De resto, e no concernente à via romana que atravessava o Tâmega junto a Canaveses, se parece certo dirigir-se ao litoral atlântico, entroncando numa das estradas principais para “Cale” e “Bracara”, menos consensual entre os autores é o percurso que seguiria além de Tongobriga. Carlos Alberto Ferreira de Almeida sugere um traçado ao longo da fratura da ribeira do Juncal até Ribadouro: “passava no local, significativamente chamado Porto Antigo e subindo depois a serra de Montemuro descia por Castro Daire a Viseu” (Almeida, 1968)⁷. Mais recentemente, outros autores “desviaram” o trajeto deste troço para o atual concelho de Baião, fazendo-o zigzaguar por Soalhães, Grilo e Ancede (Dias, 2009: 61-63).

Os homens da Idade Média reaproveitaram troços e materiais, mas não envidaram esforços para preservar os velhos percursos romanos entretanto assolados pelas razias bárbaras e muçulmanas. Mas a todos estava subjacente a ideia de que a natureza providenciara canais de comunicação – os vales – que serviam a deslocação de pessoas e bens, fosse por trilhos ou calçadas paralelas, ou pelo próprio curso de água, quando este permitisse a navegação. É natural, contudo, que um sítio de atravessamento milenar fosse (até por razões simbólicas) mantido e restaurado para uso das novas gerações. Porém, os percursos humanos alteraram-se em função da nova paisagem, dos novos centros populacionais e, claro, do comércio, cujos polos, quer de extração de matéria-prima, quer de fabricação, mudaram substancialmente desde a romanização.

Embora seja impossível estabelecer, com segurança, a data de reconstrução, que uns atribuem, como vimos, a D. Mafalda de Saboia e outros à beata Mafalda de Arouca, o mais certo é que as obras de fundo destinadas a restaurar a velha travessia romana fossem coevas da segunda. De facto, embora a tradição se escude na hipótese de ser obra régia da primeira rainha, não há documento que o comprove – nomeadamente o próprio testamento da rainha que Francisco Craesbeeck diz ter transcrito entre papéis existentes na albergaria de Canaveses, datados da Era de 1203. Perante a excentricidade da data, Francisco Craesbeeck assume a estranheza da cronologia e nem tenta justificar o injustificável: “o que parece ser notável erro, porque a dita

6 Muito embora o autor desconhecesse a dimensão e a importância de Tongobriga, ainda por levantar arqueologicamente, e tomasse a dita via como fulcral para a ligação às estâncias termiais de Canaveses e Aregos (Monteiro, 1948a: 50-64).

7 Referimo-nos à impossibilidade da ligação a sul do Douro no texto sobre a Ponte da Panchorra, Resende, tendo em conta as características geográficas da serra de Montemuro: vastas regiões alagadiças e fortes declives. Ver também o capítulo respeitante às vias (ponto 3.2.2.) em Resende (2011).

Rainha faleceu no anno de 1157, que vem a ser a era de 1195”. Não ousou lembrar ao autor que estivesse perante um apócrifo ou uma grosseira adulteração de datas, muito ao gosto de posteriores contendores que séculos mais tarde vieram reclamar direitos e bens, a encoberto de feitos gloriosos? A quem interessava, pois, a construção da ponte de Canaveses?

A nível regional, aos senhores locais, leigos e eclesiásticos, e nacionalmente, num país em construção, ao rei, como é natural, consciente da necessidade de assegurar comunicações céleres para os seus agentes e mesmo do desenvolvimento comercial.

Na criação do mito da dotação e construção da ponte de Canaveses pela mulher do primeiro rei de Portugal entram considerações variadas sobre legados pios e necessidades políticas. D. Afonso Henriques (r. 1143-1185) deixou uma dotação específica para a ponte sobre o Douro que nunca se construiu e a mesma acumulou-se de uma aura de lendas⁸. Mas a ideia subjacente à sua edificação (como, cremos, em Canaveses) é mais política e menos compassiva: dotar o reino em construção de um conjunto de vias que possibilitasse o trajeto de homens e bens para alimentar a guerra contra o infiel e ao mesmo tempo estimular a economia⁹.

A ponte de Canaveses, embora não possa ser atribuída com segurança a nenhuma das rainhas, foi com certeza uma obra destinada a cumprir uma função específica: canalizar o trânsito comercial paralelo ao Douro (pela margem norte). Como todas as grandes obras, que necessitavam de manutenção e constantes reparos, ainda no século XIV recebia donativos dos bispos do Porto, misto de piedade e mister político, ou a necessidade de manter o controlo espiritual e temporal da sua diocese (Monteiro, 1948a: 63)¹⁰. É provável que a sua construção, iniciada ainda no século XII, se prolongasse pelos séculos seguintes, não obstante a recusa de António Monteiro, que compara a travessia medieval de Canaveses com a ponte romana de Chaves e o breve período destinado à sua execução: para esta estrutura de 18 arcos, haviam bastado, “apenas”, 19 anos.

Nesse sentido, estamos perante uma construção românica tardia, denunciada pelos factos acima revisitados e pela análise da documentação visual remanescente da própria estrutura: embora a maioria dos arcos seja de volta perfeita, um dos vãos centrais, já quebrado, revela provavelmente o “remate” de uma obra iniciada muitos séculos antes. E nem o facto de existir uma albergaria é revelador da antiguidade da ponte, se não só e apenas da frequência e intensidade do trânsito que ali passaria, mesmo antes da travessia romana ser aproveitada¹¹.

Embora em questões de caminhos e estradas, a complexidade nem sempre nos possibilita uma sistematização linear da evolução, pois desconhecemos o cenário de preexistência que nos facilite a explicação para o desenvolvimento (e a direção) dos canais de circulação humana, o certo é que a ponte de Canaveses, mais do que uma obra localista, ou intervenção individual e devidamente enquadrada num breve período temporal, constituiu um projeto maior e mais dilatado temporalmente que permitiu a criação de um núcleo urbano dividido entre duas paróquias, elas próprias reflexo dessa extemporaneidade.

8 Sobre esta travessia veja-se o que escrevemos no texto da Ponte da Veiga, Lousada.

9 De resto, já foi sublinhada a importância estratégica desta ponte em contexto regional (Soeiro, 2009: 187 e ss).

10 O autor integra estas doações numa “segunda restauração”.

11 Albergarias, hospitais e gafarias situavam-se não necessariamente junto a pontes, mas em locais de travessia fluvial e passagem frequente, como recordam os casos, próximos geograficamente, de Aregos e Moledo.

A IGREJA DE SÃO NICOLAU DE CANAVESES

Originalmente situada junto à ponte medieval de Canaveses, entre dois antigos acessos da margem esquerda do Tâmega, a norte deste rio, a Igreja de São Nicolau está geograficamente muito próxima da Igreja de Sobretâmega, na outra margem. Estudioso atento da funda relação existente entre a arquitetura da época românica e o território em que estas se inserem, Carlos Alberto Ferreira de Almeida afirmou que, apenas separadas pelo rio, só a importância da antiga via acima referida explica as suas localizações (Almeida, 1986: 97).

Não deixa de ser curioso o facto de arquitetonicamente estas Igrejas serem muito semelhantes entre si, além de que ambas apresentam uma cronologia idêntica, integrada num românico tardio, caracterizado por uma persistência (ou resistência) das suas formas num período que a historiografia identifica já como de gótico. Uma cronologia assim tardia é muito comum às igrejas da bacia do Tâmega e do Douro. Recorde-se o caso de Escamarão (Cinfães). A Igreja de São Nicolau de Canaveses mostra-nos, pois, uma estética tardia, cuja datação é seguramente posterior a 1320.

Trata-se, então, de um pequeno templo composto por nave única e capela-mor retangular, ambas com cobertura em madeira. Bastante fechada sobre si, a fachada norte apenas é iluminada por uma estreitíssima fresta. Na fachada oposta, na nave, uma janela retangular de grandes dimensões é enquadrada por arco quebrado, acusando a existência de uma primitiva porta de acesso. A capela-mor tem vãos de iluminação de maiores dimensões, retangulares, certamente de época posterior.

93



Igrejas de Sobretâmega e de São Nicolau. Vista aérea.



Igreja de São Nicolau. Vista geral.



Igreja de São Nicolau. Fachada norte. Nave. Portal.



Igreja de São Nicolau. Fachada ocidental.

Mas é ao nível do arranjo dos portais, principal e norte, que encontramos os testemunhos mais evidentes da cronologia tardia desta Igreja, conforme comprova a ausência de colunas e de capitéis. O portal norte, com o seu tímpano liso envolvido por uma arquivolta quebrada, inscreve-se todo ele na espessura do próprio muro. Sob este portal, uma pedra tumular com inscrição, de difícil leitura. Mais elaborado, o portal principal é composto por duas arquivoltas, quebradas e de arestas vivas. O tímpano, também liso, é sustentado por mísulas sem qualquer ornamentação.

Na época românica, as torres sineiras podiam surgir à maneira de campanário autónomo, lateral ou fronteiro à igreja, a ladear uma ou ambas as fachadas ou, ainda, sobre a fachada principal. Em São Nicolau, a sineira, sobre cornija saliente e encimada por cruz, remata a frontaria, acentuando-lhe a verticalidade. Sob esta, o paramento da fachada atesta, pelo desgaste dos silhares, o constante tanger do sino, a marcação do tempo de Deus e do tempo dos homens, a celebração das alegrias, a lamentação das dores e o aviso dos perigos iminentes.

No interior da Igreja imperam os paramentos de granito. Os elementos que o caracterizam falam-nos de várias campanhas posteriores à Idade Média. Em primeiro lugar, começemos pelo arco triunfal, cujo perfil acusa um arranjo já de sabor classicizante, adotando silhares isódomos, de idênticas dimensões e bem facetados, com almofadas no intradorso. Uma imposta, lisa, destaca-se como elemento decorativo. Estrutura idêntica apresenta o arco do batistério que guarda uma pia batismal de granito de taça octogonal e pé facetado. Numa moldura, do lado do Evangelho, uma inscrição alude ao sacramento ministrado por São João Baptista: IUANUASACRAMENTORIUM (Basto, 2006b).



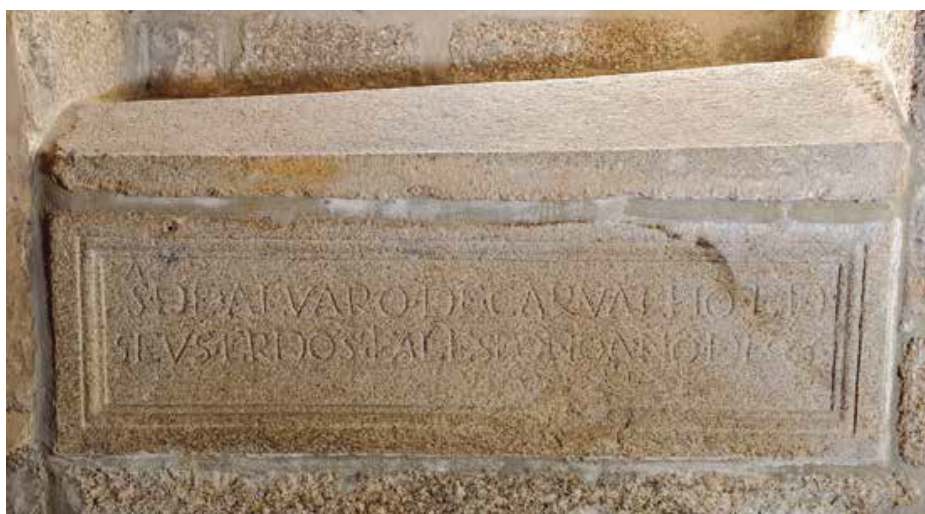
Igreja de São Nicolau.
Fachada ocidental. Sineira.



Igreja de São Nicolau. Vista geral do interior a partir da nave.

95

Os séculos XV e XVI estão presentes em São Nicolau através de dois sugestivos elementos: de uma arca tumular e da pintura mural. Em 1726, Francisco Craesbeeck (1992: 374), nas suas *Memórias ressuscitadas...*, diz que “está da parte da epístola, fronteiro à porta travessa, que fica da banda do evangelho, hum arco levantado e dentro delle hum tumulo muito bem feito, com letreiro seguintes, neste forma: S[EPULTUR]A. DE. ALVARO. DE CARVALHO. E. DE. / SEUS. [H]ERD[EIR]OS. FALESEO. NO ANO. DE. 1565”.



Igreja de São Nicolau. Nave. Parede sul. Túmulo.

Inserido num vão, rasgado na espessura do muro, que também enquadra o janelão retangular que exteriormente identificamos encimado por arco quebrado, este túmulo de pedra com tampa de duas águas ostenta esta inscrição na face frontal, envolvida por uma moldura de linhas clássicas.

Segundo Francisco Craesbeeck (1992: 374), não era esta a única sepultura que existia no interior da Igreja “que, servia de matrix à vila de Canavezes”. Conforme clarifica, “em o corpo desta igreja estão trinta campas de sepulturas com letreiros (alguns muito gastos), que estão em sinco carreiras”¹².

Digna de nota é a pintura mural desta Igreja de São Nicolau. Descoberta em 1973, por ocasião de uma intervenção com vista à eletrificação da Igreja, a que aludiremos mais adiante, foi Fernando Pamplona (1977a: 3) quem primeiro se debruçou sobre o seu estudo. Desde então, vários autores as têm examinado. Uma vez mais, é com base nas propostas feitas por Luís Urbano Afonso (2009: 436-440) e Paula Bessa (2008: 213-218) que passaremos a analisar os testemunhos fresquistas remanescentes nas paredes do arco triunfal e da nave.

Estes autores, apesar de algumas reservas que possam apresentar, identificam aqui três campanhas distintas, embora todas elas se posicionem, ao nível da elaboração, ao longo do século XVI, se não mesmo ainda do século anterior.

O estado de conservação em que se encontram os fragmentos de pintura mural dificulta ao observador a sua compreensão. Começemos pelas pinturas da nave. No lado do Evangelho identifica-se, pelos atributos com que é representado (um livro e um cajado, que segura nas mãos, e o porco a seus pés, com uma campainha suspensa de uma coleira), um *Santo Antão*, correspondente à mais antiga campanha. Conservam-se, ainda, restos de uma inscrição – [...] [e]sta obra mandou fazer [...] (Bessa, 2008: 214) – e outros pormenores de carácter decorativo. Como a legenda evidencia, embora não se possa adiantar mais, estamos diante de uma encomenda particular. Neste trecho de pintura mural identificam-se várias camadas sobrepostas de pintura. Têm sido apontadas diversas semelhanças entre os vestígios aqui remanescentes e os de Valadares (Baião), datados do século XV, pelo que é possível que esta campanha tenha sido feita ainda no último quartel desse século (Bessa, 2008: 214).

Concordando com a proposta anteriormente feita por Joaquim Inácio Caetano (2001), Luís Urbano Afonso (2009: 438-439) alude à possibilidade de esta campanha poder ter sido realizada pelo mesmo mestre que deixou obra na Igreja de Gatão (Amarante), na de Santa Eulália de Arnoso (Famalicão) ou na de Covas do Barroso (Boticas), entre outras. Vários aspetos estilísticos justificam esta aproximação, de que destacamos o padrão do pano de armar avermelhado que constitui o fundo da representação de *Santo Antão*, com quadrifólios irregulares, quase em forma de nuvem.



Capela de São Lázaro.
Lápides sepulcrais.



Igreja de São Nicolau. Nave.
Parede norte. Pintura mural.
Santo Antão.

¹² O autor identifica, por ordem, cada um dos letreiros, do Evangelho para a Epístola, por carreiras (Craesbeeck, 1992: 375). No alpendre da Capela de São Lázaro foram colocadas várias pedras tumulares com inscrições que pertenciam ao pavimento da Igreja de São Nicolau, assim como uma estela funerária (Basto, 2006: 2).



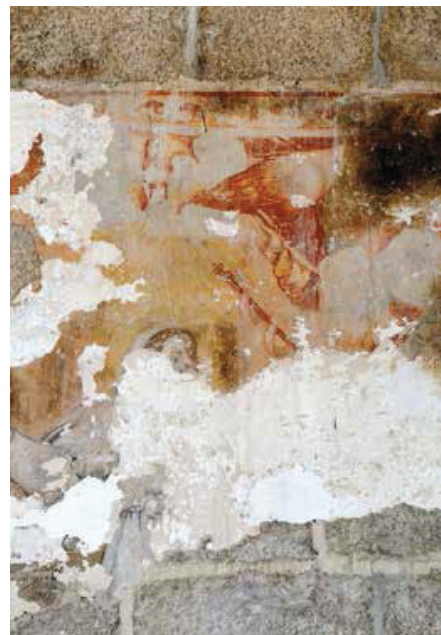
Igreja de São Nicolau. Arco triunfal. Parede do lado do Evangelho. Pintura mural. Fragmento de uma *Anunciação*.



Igreja de São Nicolau. Nave. Parede norte. Pintura mural. Fragmentos de pintura com anjo voando e figura ajoelhada de mãos postas em gesto de oração.



Igreja de Vila Verde (Felgueiras). Nave. Paredes norte e sul. Pintura mural. *Quadrifólios*.



Igreja de São Nicolau. Nave. Parede sul. Pintura mural. Fragmento de uma *Anunciação*.

Segundo Luís Urbano Afonso (2009: 437), na parede sobre o arco triunfal, ainda do lado do Evangelho, há vestígios desta campanha mais antiga, uma vez que o característico padrão avermelhado do pano de armar que servia de fundo à representação de *Santo Antão* também se encontra nesta zona da Igreja sob a representação iconográfica posterior. Neste mesmo lado, mas já na parede da nave, conservam-se fragmentos de uma Anunciação: um anjo voando e uma figura ajoelhada de mãos postas em gesto de oração parecem indicar esta cena (Bessa, 2008: 214).

Paula Bessa (2008: 215) atentou ao bom desenho desta representação que, por conter semelhanças com outras oficinas, de que destacamos a primeira de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras), ao nível do modelo dos quadrifólios aqui representados, será posterior a 1507, pois as pinturas de Vila Verde terão sido encomenda de D. João de Melo, cujo abaciado em Pombeiro (Felgueiras) está documentado entre 1507 e 1525¹³.

Na parede da nave, do lado sul, vemos uma representação de *Santa Catarina* (Bessa, 2008: 216). Parecendo que ambas as figuras estavam enquadradas por um espaço arquitetónico, a santa originária de Alexandria está junto de uma espada alçada, de guardas retas, e de uma roda dentada, cujos contornos são marcados por incisões diretas (Afonso, 2009: 437). A legenda ainda em parte legível – [D]EVAÇÃO DE M[ARI]A. RIBE[IRO?] DE G[ONÇAL]O MADEIRA (Bessa, 2008: 216) –, parece indicar que este painel, de carácter devocional, poderá ser fruto da encomenda de Maria Ribeiro e de Gonçalo Madeira, apesar de Pamplona ter sugerido que esta seria alusiva ao nome do autor da obra (Pamplona, 1777b: 37).

O tratamento da figura de *Santa Catarina* indica a Paula Bessa uma cronologia de meados do século XV, embora não evidencie um gosto maneirista (Bessa, 2008: 216). Já Luís Urbano Afonso, baseando-se no desenho, coloca a sua conceção à roda de 1600 (Afonso, 2009: 437). Além disso, caso o nome da devota encomendante seja o de Maria Ribeiro, que nascida a 1598 terá contraído matrimónio neste templo (Sanhudo, 1989: 9, 15), a cronologia da pintura aproxima-se, de facto, de inícios do século XVII.

Santa Catarina encontra-se coroada. Não se conhecendo em 1977 aquilo que hoje podemos apreciar na sua totalidade, curiosamente chegou a julgar-se que esta “cabeça de mulher coroada de rainha seria a representação de D. Mafalda, dada a estreiteza das relações entre a mulher de Afonso Henriques e Canaveses” (Pamplona, 1977a: 3). D. Mafalda, a primeira rainha de Portugal e não a filha de D. Sancho I, aquela que, de facto, se liga mais à história desta região, como vimos já.

Em área mais próxima ao arco triunfal veem-se restos de um *santo abade beneditino*, pois, além do hábito negro, ostenta um livro e um báculo (Afonso, 2009: 437). Também nesta parede da nave ocorrem vestígios de uma Anunciação, em camada sobreposta. Uma pequena filacteria com a inscrição AVE (Afonso, 2009: 437), parte de um pequeno anjo representado de pé e com bastão. Identifica-se ainda uma pomba sobre a Virgem (?) que tem, a seu lado, um livro aberto (Bessa, 2008: 217). Estamos, certamente, diante de uma pintura já posterior, datável talvez do século XVIII, tendo em conta o tipo de barra de enquadramento que apresenta, composta por recorte retilíneo com folhas de acanto enroladas (Bessa, 2008: 217).

13 Para um maior desenvolvimento sobre a pintura mural de São Mamede de Vila Verde (Felgueiras) veja-se, além dos autores supracitados, Botelho (2010: 62 e ss).



Embora disponhamos de fontes que nos indiquem terem existido nesta Igreja vários retábulos, a verdade é que hoje apenas se conserva o retábulo-mor. Segundo Francisco Craesbeeck, em 1726, além deste, “que he dourado, tem da banda do evangelho S. Nicolao e da epistola São Sebastião, tem dous colateraes, tambem dourados; no da parte do evangelho, Santa Luzia; e no da epistola huma imagem antiga de Nossa Senhora do Rozario de pao, dourada e muito bem estofada”.



Igreja de São Nicolau. Nave e retábulos colaterais antes das intervenções da DGEMN (1977). Fonte: arquivo IHRU.

Desmantelados por ocasião da remoção do reboco que revestia o interior da Igreja, aquando da descoberta dos fragmentos de pintura mural que acabámos de analisar, estes retábulos seriam maneiristas, tendo em conta a inclusão de pintura na sua própria estrutura (mais perceptível no retábulo colateral do lado do Evangelho) e atentando à força dos elementos arquitetónicos de sabor clássico na sua definição. Estes encontram-se, atualmente, depositados no interior da Capela de São Lázaro. O retábulo-mor, em talha estilo nacional, centraliza a sua estrutura no trono eucarístico e nos eixos laterais possui painéis que ainda hoje são o repouso das figuras de São Nicolau e São Sebastião (Rodrigues, 2009)¹⁴.

¹⁴ O autor alude ao douramento pago pela Câmara de Canaveses, em 1717.

A nível de imaginária cabe destacar a imagem quatrocentista de Santa Luzia (cerca de 1450), de calcário policromado, proveniente das oficinas de produção da região do Mondego¹⁵. Poderá tratar-se da imagem registada por Francisco Craesbeeck em 1726, muito embora o cronista não tenha assentado o material ou aludido à sua forma ou antiguidade. Recordamos que a mobilidade das imagens condiciona muitas vezes a sua relação na longa duração com o edifício.



Igreja de São Nicolau. Capela-mor. Retábulo-mor.

¹⁵ Chamamos a atenção para um exemplar de Santa Ágata, plasticamente semelhante, existente no Museu Nacional de Arte Antiga (Lisboa). Integrou a exposição *A espada e o deserto*, 2002 (Carvalho, Porfírio e Carvalho, 2002: 23).

A capela de São Lázaro e o cruzeiro do Senhor da Boa Passagem

Nas proximidades da Igreja de São Nicolau de Canaveses erguem-se ainda hoje duas estruturas cuja existência é expressiva da importância do local como canal de trânsito. Referimo-nos ao cruzeiro dedicado ao Senhor da Boa Passagem e à capela de São Lázaro.

As profundas alterações impostas ao local, mormente a deslocação de ambas as estruturas da sua posição original, ou a substituição do pavimento original que marcava a passagem do corredor medieval (talvez sobreposto à estrada romana), não permitem, infelizmente, que tenhamos uma percepção do espaço tal qual se abria ante os olhos de um caminhante que descia desde Fornos até à ponte de Canaveses. Encontrava, primeiro, a albergaria, de que hoje só restam ruínas, com a sua capela do Espírito Santo, depois a Igreja de São Nicolau, à sua direita, e finalmente a capela de São Lázaro, alpendrada, próxima ao cruzeiro do Senhor da Boa Passagem, protegido por edícula ou templete.

A capela de São Lázaro é um edifício setecentista, mas que poderá constituir reconstrução sobre templo anterior. O culto a São Lázaro associava-se, na Idade Média, aos leprosos e mendigos, pois, numa curiosa fusão entre as figuras de Lázaro das parábolas e o bispo de Marselha (de onde se expande o culto ao longo da Europa), recordava o milagre da ressurreição operado por Cristo. Pressupunha-se que, através de Lázaro, o Salvador obrasse outros prodígios, sendo aquele leproso santificado invocado nas leprosas ou santuários excêntricos às malhas urbanas (como do caso de Lamego) ou junto a vias, por onde circulavam leprosos, mendigos e outros marginais, como no caso de Canaveses.

De resto, o panteão devocional do pequeno burgo acomodado junto à ponte é, no seu conjunto, um apelo à caridade, à assistência e à salvação do corpo. Desde o próprio orago patronal, São Nicolau de Bari, que, pela sua hagiografia e milagres obrados em vida, é frequentemente associado aos viajantes e aos que pedem abrigo e comida¹⁶; passando pela invocação do Espírito Santo, que titula a capela anexa à albergaria e que expressa o duplo sentido de receber alimento espiritual e corporal; até ao Senhor crucificado a quem se recorria para uma boa passagem, num local desde sempre atreito aos perigos da transitoriedade.

A edícula dedicada a esta devoção é uma estrutura característica do século XVIII, quando as invocações cristológicas com vocativos específicos (dos Afritos, do Amparo, da Boa Ventura, etc.) invadiram as margens dos caminhos como lembrança de prodígio ou desejo de salvação. Estrutura alpendrada de três vãos, mostra aos fiéis a imagem de Cristo crucificado em granito com vestígios de policromia, que vários artífices foram repintando para acentuar o dramatismo da cena. A edícula encontrava-se voltada para a entrada ou saída da ponte (conforme a proveniência do viajante), junto a certas casas que o arranjo urbanístico posterior à construção da barragem do Torrão fez demolir.



Capela de São Lázaro.



Cruzeiro do Senhor da Boa Passagem.

¹⁶ São Nicolau de Bari, bispo e confessor do século IV, é um dos taumaturgos e hagioterapeutas mais afamados das Igrejas Oriental e Ocidental. Associa-se, no patronato, a marinheiros e viajantes, tendo ainda em vida operado milagres que determinaram a sua importância depois da morte. Um deles, associado a uma estalagem e, portanto, à viagem, foi o da ressurreição de três jovens estudantes esquarterados pelo estalajadeiro. São Nicolau praticou vários atos caritativos, dotando donzelas ou providenciando pão a quem dele necessitava, assumindo-se assim um santo particularmente ligado ao mundo assistencial da Idade Média (Sousa, 1955).

A IGREJA DE SANTA MARIA DE SOBRETÂMEGA

Caracterizada pelo caráter tardio das suas linhas românicas, a Igreja de Santa Maria de Sobretâmega foi implantada no cimo de um outeiro, na margem direita do Tâmega, nas proximidades da submersa ponte medieval de Canaveses. Com uma estrutura idêntica à Igreja de São Nicolau, este edifício é mais um bom testemunho da perduração das soluções construtivas próprias da arquitetura românica em plena época gótica, já no século XIV (porque seguramente posterior a 1320), conforme atesta a ausência de colunas e de capitéis nos portais, inscritos na espessura dos próprios muros, e a forma quadrangular dos cachorros lisos.

Com uma estrutura muito simples, isenta de qualquer ostentação decorativa, a Igreja de Sobretâmega é composta por uma nave única, encabeçada por abside retangular, ambos os corpos com cobertura em madeira. A presença de duas mísulas a meia altura da fachada principal informa-nos que o seu portal, composto por duas arquivoltas quebradas e dotado de tímpano liso, apoiado sobre mísulas ornadas com meias-esferas, era protegido por uma estrutura alpendrada.

Colocado a norte da capela-mor, e paralelo a esta, o campanário isento é constituído por pano de muro encimado por dupla sineira de arco pleno com cornija reta, rematado ainda por pináculos e cruz. O acesso ao campanário faz-se por porta voltada a oeste. Entre a capela-mor e o campanário, a sacristia.

A sobriedade impera em Sobretâmega ao nível dos paramentos exteriores, em granito aparente, fechando a Igreja sobre si própria, rasgada esporadicamente por estreitas frestas que

103



Igreja de Sobretâmega. Vista geral.



Igreja de Sobretâmega. Fachada norte e campanário.

iluminam o seu interior, também ele muito sóbrio. Os paramentos, caiados de branco, são interrompidos pelas molduras dos vãos de acesso e dos vãos de iluminação, em granito. O interior de Sobretâmega não nos fala da época românica, remetendo-nos antes para a Época Moderna. O arranjo do arco triunfal, bastante alto, prova-o. De volta perfeita, assenta sobre pilastras e tem o intradorso decorado com almofadas.

Em visitação feita a 24 de outubro de 1656 foi ordenado que se substituísse por um novo o retábulo-painel com a imagem de Cristo para o arco cruzeiro de Sobretâmega (Brandão, 1984: 329-330). Tal obra caberia aos fregueses, como especifica o visitador. A 1 de outubro do ano seguinte este estava já em execução, pelo que, por constar ao visitador “ter moadado fazer e não estar por sua culpa o acabarse os hei por aliviados da pena imposta e moadado o fação acabar”.

Poucos anos depois, ordenou-se que se reformasse a pintura do retábulo da capela das Chagas que existia na Igreja de Sobretâmega, “por baixo do Altar Coletaral desta Igr.^a” (Brandão, 1984: 423, 880). Em setembro de 1674, as diretrizes que o visitador dá ao fabriheiro são específicas: “branquear e reformar a pintura do Retabolo, que tudo são obras de urgente necessidade” (Brandão, 1984: 423). Como não foi cumprida esta indicação, na visitação de 31 de agosto de 1699, o visitador determinou que esta capela “necessitava m.^{to} de retabollo, frontal, toalhas, e de reformação dos telhados, e cal por dentro da d.^a Capella, a cuja fabrica he de prez.^{te} obrigado o R.^{do} João Mor.^a Reytor de Soza”.

O retábulo-mor, ao que pudemos apurar, é um dos maiores visados pelos visitadores de seiscentos. Julgando o visitador de 11 de maio de 1689, “por v.^{ta} de olhos estar o retabolo do Altar major m.^{to} velho incapas, ordenou-se que se fizesse hum novo ao moderno, e juntam.^{te} mandara fazer a Imagem da Srã padroeira de vulto por estar a que de presente ha indeçente a qual colocarão em hum nixo ao lado do sacrario no mesmo retabolo porque não convem que



Igreja de Sobretâmega. Vista geral do interior a partir da nave.

esteja em o lugar que agora está” (Brandão, 1984: 671). Embora sejam bem claras as diretrizes do visitador, a verdade é que na visitação de 31 de agosto de 1702 estas não tinham sido ainda satisfeitas, pelo que se ordena o seu cumprimento no prazo de seis meses (Brandão, 1984: 131-132). Mas não foi desta. Na visitação de 8 de setembro do ano seguinte volta a ordenar-se ao pároco que “faça pôr um retábulo na sua capela maior por lhe ser necessário... tirar a [imagem da Padroeira] ” (Brandão, 1984: 131-132).

Supomos que só então se tenha acatado a ordem de substituição do retábulo-mor por um novo, mais moderno. Em 1726, Francisco Craesbeeck diz que, embora a capela-mor desta igreja seja “antigua”, tem “huma tribuna muito bem dourada” (Craesbeeck, 1992: 372). O retábulo-mor, em estilo nacional, alberga no centro um opulento trono eucarístico (Rodrigues, 2009). Dotado de sacrário, tem nos registos laterais mísulas para a exposição de imagens, onde hoje vemos a Virgem e São José, um de cada lado, ambos com o Menino. A imagem de “Santa Maria”, em pé, segurando com a mão esquerda o Menino Jesus, é escultura em calcário policromado que irrompe da medievalidade, augurando nas suas linhas o naturalismo renascentista. A rigidez das faces e dos próprios corpos, assim como o desenho das mãos hirtas, de longos e delgados dedos, da Virgem denunciam já a delicadeza do gótico que tenta libertar-se do hie-



Igreja de Sobretâmega. Capela-mor. Retábulo-mor.



Igreja de Sobretâmega. Capela-mor. Retábulo-mor do lado do Evangelho. Escultura. Santa Maria.

ratismo que marcou a manufatura das esculturas até ao século XIII. Assim sendo, julgamos estar perante um trabalho escultórico da segunda metade do século XIV, podendo tratar-se da simbólica e miraculosa figuração de Santa Maria que ocasionou a mudança de orago.

Em 1758 tinha esta Igreja cinco altares (Capela, Matos e Borralheiro, 2009: 407): “o altar maior, com sua tribuna dourada, aonde está colocado o Santissimo Sacramento, com sua irmandade. Tem mais dous collateraes, o da parte do Evangelho, de São Braz, aonde está erecta irmandade do Menino Deos. E da parte da Epistolla, o de Nossa Senhora do Rozario. Tem mais desta mesma parte, no corpo da igreja, hum altar com a imagem do Senhor Crucificado. Tem mais da parte do Evangelho, no corpo da mesma igreja, hua capella com seu altar chamado das Chagas, a cuja fabrica hé obrigada a Caza da Telha, da freguesia de Villa Boa de Quires, como administradora della”.

SÃO NICOLAU E SOBRETÂMEGA NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA: O VALOR DO CONJUNTO

O estudo destas Igrejas nos séculos mais recentes tem de ser feito em conjunto. Várias razões a isso obrigam. Além da história que liga estes dois edifícios de forma evidente, como atrás vimos, devemos chamar à colação os particularismos geográficos. É por esta razão que a Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes alude, a 9 de dezembro de 1970, à proposta de classificação, como Imóvel de Interesse Público, do “conjunto formado pelas igrejas de Santa Maria sobre Tâmega e São Nicolau, bem como a Capela e o Cruzeiro do Senhor da Boa Passagem, situado no concelho de Marco de Canaveses, e ser definida a sua zona de protecção”¹⁷.

No entanto, o Decreto n.º 516 do Diário do Governo n.º 274, de 22 de novembro de 1971, apenas classifica o “conjunto formado pelas igrejas de Santa Maria sobre Tâmega e S. Nicolau”. Uma razão evidente explica a não inclusão da ponte de Canaveses, elemento fundamental para a compreensão destas duas Igrejas, neste conjunto.

Em abril de 1940 surgem os primeiros factos que culminaram na demolição da primitiva ponte pela Junta Autónoma das Estradas (JAE). Em abril desse ano temos informação de que esta ponte, classificada como Monumento Nacional, “está carecendo de diversas obras de reparação e limpeza especialmente no que respeita às guardas e ameias que nalguns pontos desapareceram, tendo, provavelmente, caído ao Rio pela passagem de quaisquer veículos pesados”¹⁸. Apesar das contestações que surgiram na época¹⁹, optou-se pela reconstrução da ponte, “com alargamento que permita a passagem normal de dois carros, mantendo-se porem toda a sua actual forma com o parapeito ameaado que tanto a caracteriza, alem de reabertura de primitivos arcos que se encontram entaipados”²⁰. Alegou-se que a opção pela reconstrução da ponte encontrava a sua justificação na necessária adaptação “à sua verdadeira função, dando-lhe condições de facilitar o transito actual”²¹. Embora tida como de origem estritamente medieval, antes da sua demolição vemos ainda ser explicado que esta ponte não “é medieval como geralmente se tem suposto. Daquela apenas resta um dos arcos pequenos e a nascença de um dos arcos grandes”²². As prospeções feitas à época esclareceram ainda que a sua estrutura “assenta sobre cantarias de uma ponte anterior, possivelmente romana segundo indicam os elementos encontrados”²³ e como já atrás foi dito.

Foi, pois, no ano de 1944 que a JAE demoliu esta ponte e reconstruiu uma nova, idêntica, mas “com maior largura e uns metros a jusante da antiga”, pelo que a 15 de dezembro de 1947, o arquiteto Baltasar de Castro propôs ao Diretor Geral dos Monumentos Nacionais, Henrique Gomes da Silva, a eliminação desta ponte da “Relação dos Imóveis Públicos que constitue o Património

17 Ofício da Direção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes, 9 de dezembro de 1970 [SIPA.TXT.01494351] PT DGEMN:DSARH-010/139-0029 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307230014].

18 Ofício n.º 156, 27 de abril de 1940 [SIPA.TXT.01494351]. PT DGEMN:DSID-001/013-1836. Idem.

19 Veja-se, a título de exemplo, cópia de Missiva de Francisco de Oliveira Pereira, 27 de abril de 1941 [SIPA.TXT.00627804]. Idem.

20 Ofício n.º 1620, s.d. [1940] [SIPA.TXT.00627809]. Idem.

21 Idem.

22 Comunicação n.º 108, 15 de março de 1943 [SIPA.TXT.00627815]. Idem.

23 Idem.

Artístico Nacional, em virtude de ter deixado de existir como Monumento Nacional”²⁴. Este aspeto justifica claramente a não inclusão da ponte “medieval” na classificação deste conjunto, de que só cerca de 30 anos mais tarde voltamos a ter novas notícias, no contexto do projeto da Energias de Portugal (EDP) de *Aproveitamento hidroelétrico do rio Tâmega, no escalão do Torrão* e à “eventual interferência da sua albufeira nos imóveis do Cruzeiro do Senhor da Boa Passagem (e não Boa Viagem) e Capela de S. Lázaro, existentes à margem da Estrada Nacional n.º 108 [i.e. 211], junto do encontro da Ponte sobre o Rio Tâmega, na freguesia de S. Nicolau, do concelho do Marco de Canaveses”²⁵. Previa-se, nessa altura, a elevação do passadiço da ponte (e não a sua total submersão como veio a acontecer) e a possível deslocação dos edifícios que formavam o conjunto na sua envolvência e que temos vindo a estudar. Apesar do “interesse local” do cruzeiro da Boa Viagem e da pequena capela de São Lázaro considerou-se ser importante “serem defendidos por forma a assegurar a sua conservação”²⁶.

Foram os serviços da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) convocados a acompanhar este processo junto da EDP. Os primeiros, embora considerassem de “invulgar interesse”, o conjunto “formado pelas duas igrejas de S. Nicolau de Canaveses e St.ª Maria de Sobre Tâmega, pela capela de S. Lázaro e Cruzeiro do Senhor da Boa Passagem, todos classificados como Imóveis de Interesse Público e ainda pelo rio Tâmega, suas margens e ponte ameaçada de Canaveses (arremedo da românica fortificada que existiu neste local...)”, aceitaram o facto de que “outros valores se levantam e este empreendimento terá de ir avante”²⁷. Foi prevista, então, a deslocação da capela e do cruzeiro para local o mais próximo possível do original e a consolidação dos muros de suporte das duas Igrejas. Como se vê, os aspetos aqui debatidos e esta problemática não deixam de ser extremamente atuais.

Apesar de se considerar “como princípio genérico que não é de aceitar a transferência de local de imóveis classificados, pela evidente relação que mantém com a envolvente, e por se constituírem sinais de referência, que se prendem com a memória colectiva”, neste caso específico optou-se pela deslocação integral da capela e do cruzeiro, “cuja submersão seria inevitável”²⁸.



Barragem do Torrão. Vista da albufeira.

24 Cópia do Ofício n.º 5601, ass. Baltazar de Castro a 15 de dezembro de 1947 [SIPA.TXT.00627818 e SIPA.TXT.00627819]. Idem.

25 Ofício n.º 731, 30 de junho de 1970 [SIPA.TXT.00627822 e SIPA.TXT.0062723]. Idem.

26 Ofício n.º 2120, 3 de julho de 1970 [SIPA.TXT.00627824]. Idem.

27 IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM N 2521. Igreja de S. Nicolau. Marco de Canaveses (24 de maio de 1930). S2/E47/P.6 Cx.0048, Ofício 08308 de 10 de março de 1981.

28 Idem, Parecer do Instituto Português do Património Cultural de 8 de janeiro de 1982.

A IGREJA DE SÃO NICOLAU: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Na sequência da classificação, o pároco de Canaveses, José da Silva Dias, contactou os serviços da DGEMN no sentido de que estes promovessem “a renovação da instalação eléctrica e a amplificação sonora” da Igreja de São Nicolau, de forma condizente com o seu estilo²⁹. Datam de 17 de julho de 1973 a memória e o orçamento da obra de instalação eléctrica desta Igreja. À primeira vista esta intervenção não justificaria ser aqui nomeada, não fosse o caso de dela decorrer a descoberta da pintura mural existente nesta Igreja de São Nicolau de Canaveses.

Uma notícia publicada anos mais tarde explica como ocorreu tal descoberta: “o pároco, dado que a igreja é, oficialmente, um «imóvel de utilidade pública», pediu autorização à Direcção dos Monumentos Nacionais para realizar a referida obra, mandando-lhe aquela entidade um técnico que traçou a linha que o pedreiro deveria seguir, para a inclusão, indo-se depois embora. Sucedeu que o pároco teve, nesse dia, que [v]ir ao Porto, ao modo que o pedreiro, homem desprovido de conhecimentos suficientes para enfrentar o imprevisto, fez o melhor que pôde o seu trabalho destrutivo, não ligando à revelação” (Pamplona, 1977a: 3). Mas irrompendo-lhe a consciência, prosseguiu o narrador, “foi a casa do pároco chamar a atenção de um familiar daquele para o sucedido”.

Embora em setembro do mesmo ano de 1973 se tenha adjudicado o “prosseguimento dos trabalhos de beneficiação da instalação eléctrica”³⁰, a verdade é que, no ano de 1977, as entidades responsáveis não tinham tomado ainda qualquer medida apropriada à salvaguarda dos frescos recentemente descobertos (Pamplona, 1977a: 3). Estando apenas visíveis alguns fragmentos, e imaginando-se que por baixo do estuque existissem largas composições, defendia-se, no entanto, que “só técnicos qualificados podem e devem abalançar-se a melindrosa tarefa de pôr a nu as composições, de as consolidar, limpar e fixar”³¹.

Assim, nesse mesmo ano de 1977, o Instituto de José de Figueiredo, incluiu tal tarefa “dentro do programa de brigadas a levar a efeito”³², o qual teve início entre 16 e 20 de maio desse mesmo ano³³. Tendo-se apurado, todavia, que as infiltrações que a Igreja padecia aos mais diversos níveis - quer fossem elas decorrentes de águas pluviais, quer derivassem do facto de o terreno a sul se adotar à fachada do edifício³⁴ - impediam o avanço dos trabalhos de conservação dos frescos, optou-se então pela realização de obras que travassem este problema. Foram estas incluídas no plano de obras da DGEMN para o ano de 1978³⁵.

29 Dias, José da Silva – Missiva, 24 de março de 1972 [SIPA.TXT.01493043]. PT DGEMN: DSARH-010/139-0016 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307210024].

30 PT DGEMN:DSARH-010/139-0016, SIPA.TXT.01493075 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307210024].

31 «Canaveses: terra milenária que guarda preciosos frescos. [Caixa:] Tarefa para técnicos qualificados», *O Comércio do Porto* (16 de janeiro de 1977) 22.

32 Ofício da Direcção-Geral do Património Cultural, [fevereiro de 1977] [SIPA.TXT.01493081]. PT DGEMN:DSARH-010/139-0016 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307210024].

33 Ofício do Instituto de José de Figueiredo, 23 de maio de 1977 [SIPA.TXT.01493089]. Idem.

34 Idem, SIPA.TXT.01493097 e SIPA.TXT.01493098.

35 Idem, SIPA.TXT.01493107 a SIPA.TXT.01493116.

Para a década de 1990 temos notícias da execução de várias obras de conservação do imóvel aos mais diversos níveis. Algumas delas foram levadas a cabo pela própria paróquia, nomeadamente alguns trabalhos nos paramentos interiores e no pavimento da nave³⁶. Diligenciava-se, então, para que se procedesse ao restauro da talha do altar-mor³⁷.

No âmbito da integração na Rota do Românico em 2010, a Igreja de São Nicolau foi alvo de uma intervenção de salvaguarda, conservação e valorização. A execução do projeto visou a remodelação das coberturas e a conservação dos paramentos exteriores (Malheiro, 2010: 16-19). No futuro, espera-se intervencionar as pinturas murais existentes na Igreja, na capela de São Lázaro e no cruzeiro do Senhor da Boa Passagem, para as quais foi já desenvolvido um projeto de conservação e restauro (Pestana, 2010), bem como o retábulo da capela de São Lázaro (Duarte, 2010).

A IGREJA DE SOBRETÂMEGA: INTERVENÇÕES CONTEMPORÂNEAS

São muito poucas as notícias que temos sobre as intervenções realizadas na Igreja de Sobretâmega após a sua classificação em 1971. Tal facto justifica-se não só pelo carácter tardio da sua classificação, como também pela imediata problemática que acima abordámos em torno do projeto de *Aproveitamento hidroelétrico do rio Tâmega, no escalão do Torrão*, com evidentes consequências ao nível do conjunto São Nicolau/Sobretâmega e respetiva Zona de Proteção.

Apenas encontramos notícias relativas ao ano imediato: “verificou-se a existência de uma cruz luminosa, constituída por caixa sobreposta na cruz românica de granito, na fachada principal, bem como dois altifalantes colocados no coroamento de um dos cunhais das sineiras do campanário”, perturbando o aspeto do conjunto³⁸. Além disto, tinha sido fixada na fachada principal uma haste de ferro de suporte de linhas de abastecimento elétrico da referida cruz. Zelou-se para que, de imediato, fosse removida. Embora os altifalantes ainda estivessem no local em dezembro desse ano, a verdade é que a cruz já tinha sido retirada³⁹. Na década de 1990, tal como acontecera em São Nicolau, foram previstos e posteriormente concretizados diversos trabalhos de conservação do imóvel e da sua envolvente imediata (Basto, 2006a).

Em 2010, Sobretâmega integrou a Rota do Românico. [MLB / NR]

36 IRHU/Arquivo ex-DGEMN/DREM N 2521. Igreja de S. Nicolau. Marco de Canaveses (24 de maio de 1930). S2/E47/P.6 Cx.0048, Informação de 93-02-11.

37 Idem.

38 Ofício n.º 666, 28 de junho de 1972 [SIPA.TXT.01494356]. PT DGEMN:DSARH-010/139-0029 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt) [N.º IPA PT011307230014].

39 Comunicação n.º 4445, 13 de dezembro de 1972 [SIPA.TXT.01494362]. Idem.

CRONOLOGIA

Século XII: início da reconstrução da ponte de Canaveses;

Século XIV (2.º quartel): só a partir de então foram edificadas as Igrejas de São Nicolau de Canaveses e de Santa Maria de Sobretâmega;

1355, 5 de agosto: foi no burgo de Canaveses que se assentou a paz entre D. Afonso IV e D. Pedro I;

Séculos XV-XVI (transição): campanhas de pintura mural da Igreja de São Nicolau;

1565: data inscrita na sepultura de Álvaro de Carvalho e seus herdeiros;

1656-1657: substituição do retábulo-painel com imagem de Cristo do retábulo do arco cruzeiro;

1674: determinação da reformulação da pintura do retábulo da capela das Chagas;

1699: determina-se novamente a reforma do retábulo da capela das Chagas, acompanhada de várias intervenções na própria capela;

1944: demolição da ponte reedificada no século XII e sua reconstrução um pouco a jusante;

1971, 22 de novembro: classificação do conjunto formado pelas Igrejas de Santa Maria de Sobretâmega e de São Nicolau como de "Interesse Público";

1973: descoberta dos trechos de pintura mural da Igreja de São Nicolau;

1977, 16 a 20 maio: o Instituto de José de Figueiredo incluiu os frescos de São Nicolau no programa de brigadas a levar a efeito nesse ano;

Década de 1980: submersão da ponte de Canaveses (reconstrução de 1944) e deslocação da capela de São Lázaro e do cruzeiro do Senhor da Boa Passagem;

Década de 1990: realização de diversas obras de conservação na Igreja de São Nicolau e na Igreja de Sobretâmega sob a alçada da DGEMN;

2010: as Igrejas de Sobretâmega e de São Nicolau passam a integrar a Rota do Românico;

2013-2014: remodelação das coberturas e conservação dos paramentos exteriores da Igreja de São Nicolau.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

[S.a.] – Canaveses: terra milenária que guarda preciosos frescos: tarefa para técnicos qualificados. *O Comércio do Porto*. (16 de janeiro de 1977) 22.

_____ – *Igreja paroquial de São Nicolau / Igreja de São Nicolau: capela-mor e altares colaterais* [Material fotográfico]. Marco de Canaveses: [s.n., 1977]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00006458, FOTO.0060905.

_____ – *Ponte sobre o Tâmega: arcos* [Material fotográfico]. Marco de Canaveses: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004930, FOTO.00055536.

_____ – *Ponte sobre o Tâmega: vista geral* [Material fotográfico]. Marco de Canaveses: [s.n., s.d.]. Arquivo do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (ex-DGEMN). N.º Inventário IPA.00004930, FOTO.00055535.

AFONSO, Luís Urbano – *A pintura mural portuguesa entre o gótico internacional e o fim do renascimento: formas, significados, funções*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2009.

ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de – *História da arte em Portugal: o românico*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

_____ – *Vias medievais entre Douro e Minho*. Porto: Faculdade de Letras, 1968.

ALMEIDA, Fortunato; PERES, Damião, dir. – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Livaria Civilização, 1971.

BASTO, Sónia – *Igreja de Santa Maria de Sobretâmega* PT011307210014 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2006a. [Consult. 20 de novembro de 2011]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

_____ – *Igreja de São Nicolau* PT011307310006 [Em linha]. Lisboa: IHRU, 2006b. [Consult. 20 de novembro de 2011]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

BESSA, Paula – *Pintura mural do fim da Idade Média e do início da Idade Moderna no norte de Portugal*. Braga: Universidade do Minho, 2008.

BOTELHO, Maria Leonor – *São Mamede de Vila Verde: um testemunho tardio do românico do Vale do Sousa*. Felgueiras: Câmara Municipal de Felgueiras, 2010

BRANDÃO, Domingos de Pinho – *Obra de talha dourada, ensamblagem e pintura na cidade e na diocese do Porto: documentação I: séculos XV a XVII*. Porto: Diocese do Porto, 1984.

CAETANO, Joaquim Inácio – *O Marão e as oficinas de pintura mural nos séculos XV e XVI*. Lisboa: Aparição e Autor, 2001.

CAPELA, José Viriato; MATOS, Henrique; BORRALHEIRO, Rogério – *As freguesias do distrito do Porto nas memórias paroquiais de 1758: memória, história e património*. Braga: edição José Viriato Capela, 2009.

CARVALHO, Maria João Vilhena de; PORFÍRIO, José; CARVALHO, José Alberto Seabra – *A espada e o deserto*. Lisboa: Museu Nacional de Arte Antiga, 2002.

CORREIA, António Mendes [et al.] – Sobre-Tâmega. In *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa/Rio de Janeiro: Editorial Enciclopédia, 1963. Vol. 29.

COSTA, A. Carvalho da – *Corografia portuguesa e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal...* Lisboa: Off. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1712.

CRAESBEECK, Francisco Xavier da Serra – *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano de 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

CUNHA, Rodrigo da – *Catálogo e história dos bispos do Porto*. Porto: João Rodriguez, 1623.

DECRETO n.º 516. D.G. *Série I*. 274 (1971-11-22) 1799.

DIAS, Lino Tavares – Tongobriga e o seu território. In AGUIAR, Alexandre, coord. – *Marco de Canaveses: perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal, 2009.

DUARTE, Artur Jaime – *Capela de São Lázaro, Marco de Canaveses: conservação e restauro do retábulo de São Lázaro*. Porto: Artur Jaime Duarte, 2010. Texto policopiado.

FERNANDES, A. de Almeida – *A história de Britiande: homenagem de Britiande a Dom Egas Moniz, no 850º aniversário da sua morte*. Braga: Câmara Municipal de Lamego/Junta de Freguesia de Britiande, 1997.

MALHEIRO, Miguel – *Igreja de São Nicolau. Porto, Marco de Canaveses, São Nicolau. Projecto de arquitectura para a conservação, salvaguarda e valorização do imóvel: projecto de execução*. Porto: Miguel Malheiro, 2010. Texto policopiado.

MONTEIRO, António – As pontes de Canaveses: a ponte romana. *Douro-Litoral*. N.º 1 (1948a) 50-64.

_____ – As pontes de Canaveses (conclusão): o crucifixo do meio da ponte. *Douro-Litoral*. N.º 2 (1948b) 26-39.

PAMPLONA, Fernando – Riqueza artística que há que salvar! Descobertos frescos quinhentistas numa igreja do Marco de Canaveses. *Jornal de Notícias*. (7 jan. 1977a) 3.

_____ – Vestígios de frescos quinhentistas na igreja de S. Nicolau de Canaveses. *Belas-Artes*. N.º 31 (1977b) 37, separata.

PESTANA, José Artur – *Conservação e restauro das pinturas murais da igreja de São Nicolau e capela de São Lázaro e cruzeiro do Senhor da Boa Passagem, Porto, Marco de Canaveses, São Nicolau: caderno de encargos, especificidades técnicas*. Lisboa: Mural da História, 2010. Texto policopiado.

PINA, Rui; LOPES, Fernão – *Chronica de el rey Dom Afonso o quarto do nome...* Lisboa: [Paulo Craesbeeck], 1653.

PORTUGAL. Ministério da Agricultura, Mar, Ambiente e Ordenamento do Território – IRHU/Arquivo ex-DGEMN – *Processos vários*. N.º IPA PT011307230014, N.º IPA PT011307210024 [Em linha]. Disponível em [www: <URL: http://www.monumentos.pt>](http://www.monumentos.pt).

RESENDE, Nuno – *Fervor & devoção: património, culto e espiritualidade nas ermidas de Montemuro: séculos XVI a XVIII*. Porto: Universidade do Porto, 2011.

RODRIGUES, José Carlos Meneses – Manifestações do barroco no continuum medieval. In AGUIAR, Alexandre, coord. – *Marco de Canaveses: perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal, 2009.

ROSAS, Lúcia Maria Cardoso; SOTOMAYOR-PIZARRO, J. A. de – Território, senhores e património na Idade Média. In AGUIAR, Alexandre, coord. – *Marco de Canaveses: perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal do Marco de Canaveses, 2009.

SANHUDO, António – *Pintos, Ribeiros e Passanhas e outras famílias da antiga Vila de Canaveses: levantamento genealógico para ajudar a resolver o enigma dos frescos aparecidos na igreja matriz de S. Nicolau, de Canaveses*. Marco de Canaveses: [s.n.], 1989.

SOEIRO, Teresa – Território e materialidades do fim do Antigo Regime à República. In AGUIAR, Alexandre, coord. – *Marco de Canaveses: perspectivas*. Marco de Canaveses: Câmara Municipal, 2009.

SOUSA, Querubim – *S. Nicolau: o grande taumaturgo*. Porto: Paróquia de São Nicolau, 1955.